

Rodrigo Mazzei

**ENSAIOS SOBRE O
INVENTÁRIO
SUCESSÓRIO**

2022

1224279



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

M477e Mazzei, Rodrigo
Ensaios sobre o Inventário Sucessório / Rodrigo Mazzei – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.
400 p.

Inclui Bibliografia
ISBN 978-85-442-3884-4

1. Direito. 2. Direito Sucessório. 3. Inventário. I. Mazzei, Rodrigo. II. Título.

CDD 342.165

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

1. ENSAIO SOBRE A MULTIPOLARIDADE E O POLICENTRISMO: PROJEÇÃO AOS CONFLITOS INTERNOS DO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS	27
1. Foco do estudo	28
2. Noções básicas sobre multipolaridade e policentrismo ...	28
2.1. Multipolaridade	29
2.2. Policentrismo	34
2.3. Breve esquadro entre multipolaridade e policentrismo	43
3. Noções básicas sobre a sucessão e o inventário <i>causa mortis</i>	46
4. As posições jurídicas assumidas no inventário sucessório	54
5. Fechamento.....	57
6. Referências	60
2. OS PRAZOS PARA INSTAURAÇÃO E ENCERRAMENTO DO INVENTÁRIO SUCESSÓRIO: PONTOS OBRIGATÓRIOS E NERVOSOS SOBRE O TEMA	63
1. Introdução.....	63
2. O art. 611 do CPC como núcleo da análise.....	64
3. Antinomia (parcial) com o art. 1.796 do CC.....	66
4. Obrigatoriedade do inventário <i>causa mortis</i>	67

5.	Contagem do prazo de instauração	75
6.	Instauração do inventário <i>causa mortis</i> e a presença de testamento.....	77
7.	A não instauração no prazo legal e as suas possíveis conseqüências.....	79
8.	Marco para o início da contagem do prazo para encerramento.....	84
9.	As opções adotadas no CPC sobre prazos e o seu impacto na parte final do art. 611 (Prazo de encerramento do inventário).....	85
10.	Prorrogação do prazo para encerramento do inventário .	89
11.	Sanção pelo não cumprimento do prazo de encerramento	90
12.	Da importância da parte final do art. 611 como a bússola de referência temporal do inventário <i>causa mortis</i>	91
13.	Da imperiosa necessidade de organização e “calendarização” dos atos processuais.....	94
14.	Breve fechamento	97
15.	Referências bibliográficas.....	98
3.	NOTAS SOBRE A LITISPENDÊNCIA NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS.....	101
1.	Litispendência no processo de inventário. Reunião das demandas	101
2.	A instauração de mais de um inventário em foros diversos	109
3.	“Litispendência” entre inventários judicial e extrajudicial	114
4.	Art. 616: Rol taxativo que se submete ao <i>acoplamento por atração</i> e a interpretação extensiva.....	114
5.	Referências	120
4.	CUMULAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE PESSOAS DIVERSAS	123

1.	Noções gerais sobre a cumulação de inventários.....	123
2.	Da não obrigatoriedade da regra de cumulação.....	130
3.	Da possibilidade de cumulação de mais de dois inventários.....	131
4.	Da aplicabilidade aos inventários extrajudiciais.....	133
5.	Hipóteses de cumulação de inventários.....	133
5.1.	Identidade de pessoas entre as quais devam ser repartidos os bens.....	134
5.2.	Heranças deixadas pelos dois cônjuges ou companheiros	135
5.3.	Dependência de uma das partilhas em relação à outra	138
6.	Breve fechamento	140
7.	Referências bibliográficas.....	142
5.	INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL E A EXISTÊNCIA DE TESTAMENTO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS DISCIPLINAS INTERNAS DAS CORREGEDORIAS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA BRASILEIROS	145
1.	Introdução.....	145
2.	Breve incursão histórica do procedimento de inventário e partilha no ordenamento jurídico brasileiro	148
2.1.	O procedimento do inventário e partilha antes do Código de Processo Civil de 1939.....	148
2.2.	A unificação judicializante do regime de instauração de inventário e partilha promovida pelo Código de Processo Civil de 1939 e a sua manutenção no Código de Processo Civil de 1973 e no Código Civil de 2002.....	149
2.3.	A Lei 11.441/2007 e o retorno da modalidade extrajudicial de inventário e partilha ao Ordenamento Jurídico pátrio.....	150
3.	Uma proposta de classificação dos testamentos quanto à aptidão para a produção de efeitos jurídicos.....	159

4.	Cenário atual do inventário extrajudicial quando da existência de testamento: as diferentes disciplinas das corregedorias gerais dos tribunais de justiça das unidades federativas brasileiras	166
5.	Considerações finais	179
6.	Referências bibliográficas.....	181
6.	O (DESCONHECIDO) ARROLAMENTO COMUM: PECULIARIDADES PROCEDIMENTAIS E SUA APLICAÇÃO.....	185
1.	O arrolamento comum como espécie procedimental de inventário judicial.....	185
2.	Das mudanças efetuadas no CPC de 2015 em relação à codificação revogada.....	187
3.	Arrolamento comum: presunção de simplicidade e seu teto valorativo.....	188
4.	Procedimento sumário, concentrado e com fase oral.....	191
5.	Inexistência de vedação de participação de incapaz	196
6.	Instauração, nomeação do inventariante e citações.....	198
7.	Declarações do inventariante e a concentração de atos ...	199
8.	Convocação das partes para etapa de autocomposição ...	200
9.	Declarações do inventariante e o contraditório	201
10.	Participação do Ministério Público e o testamentário.....	202
11.	Impugnação à avaliação e (possíveis) desdobramentos do “incidente”	203
12.	Audiência	205
13.	Credores.....	209
14.	Importação do art. 662: Taxa judiciária e imposto de transmissão.....	210
15.	Quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas.....	211
16.	Sobrepartilha pelo “rito” do arrolamento comum	212
17.	Arrolamento sumário x arrolamento comum	213

18.	Possibilidade de negócio jurídico processual para adoção do procedimento do arrolamento comum	215
19.	Breves conclusões	218
20.	Referências bibliográficas.....	218
7.	NOMEAÇÃO DO INVENTARIANTE: CRITÉRIOS PARA (INTERPRETAR) E APLICAR O ART. 617 DO CPC	223
1.	Introdução.....	223
2.	Perfil do inventariante: análise para preenchimento do art. 617	226
3.	O aumento das áreas de conflitos de interesses entre os legitimados à inventariança como decorrência do direito material atual.....	234
4.	A indispensável análise da capacidade do inventariante para o exercício da administração do patrimônio hereditário.....	238
5.	A natureza residual do rol de referência do artigo 617....	242
6.	Rol de referência para a nomeação adjudicada do inventariante.....	244
7.	A importância da inventariança dativa no quadro atual .	255
8.	Breve fechamento	260
9.	Referências	261
8.	ALGUMAS NOTAS SOBRE A SONEGAÇÃO DE BENS COMO HIPÓTESE DE REMOÇÃO DO INVENTARIANTE.....	265
1.	Noções gerais sobre a sonegação (enquanto <i>sanção civil</i>) e o seu diálogo com os arts. 621-625 (incidente de remoção do inventariante)	265
2.	Comunicação do art. 621 com o art. 636 (“encerrada a descrição dos bens” e “últimas declarações”).....	272
3.	Diálogo com o art. 622, inciso V (remoção do inventariante).....	278

4.	Da declaração (“protesto”) por arrecadação de outros bens.....	280
5.	Protutor sucessório	281
6.	Referências	282
9.	INVENTÁRIO SUCESSÓRIO: DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA DO ESPÓLIO POSTULADA PELO INVENTARIANTE.....	285
1.	Introdução.....	285
2.	O inventário sucessório e seus possíveis desfechos.....	287
3.	A possibilidade de declaração de insolvência do espólio ...	290
4.	A declaração de insolvência como incumbência do inventariante.....	291
5.	Os reflexos jurídicos e processuais da declaração de insolvência no inventário	295
6.	Breves conclusões	298
7.	Referências bibliográficas.....	299
10.	O BALANÇO DO ESTABELECIMENTO E A APURAÇÃO DE HAVERES NO INVENTÁRIO CAUSA MORTIS: NECESSIDADE DE ADEQUADA INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 620, § 1º, DO CPC.....	301
1.	Introdução.....	301
2.	O falecido como empresário individual ou sócio.....	302
3.	O autor da herança como empresário individual.....	304
4.	O autor da herança como titular de “quota societária” ...	306
4.1.	A apuração da expressão econômica das quotas sociais: procedimento e metodologia	310
4.1.1.	Apuração interna ou remessa às “vias ordinárias”	321
4.1.2.	A fase de transição: interpretação adequada do art. 1.027 do Código Civil	325

5.	Considerações finais	327
6.	Referências	329
11.	INVENTÁRIO SUCESSÓRIO E LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA: IMPORTAÇÃO DAS TÉCNICAS DE EXPROPRIAÇÃO EXECUTIVA	331
1.	Introdução.....	331
2.	Pagamento da dívida no bojo do inventário judicial: seus mecanismos e atipicidade de técnicas.....	332
3.	Adjudicação de bens do espólio	344
4.	Alienação por iniciativa particular e por leilão judicial ...	351
5.	Dação em pagamento	354
6.	Referências	360
12.	SOBREPARTILHA NO INVENTÁRIO	363
1.	Breves noções sobre a sobrepartilha no CPC de 2015	363
2.	Necessidade de sistematização (<i>sobrepartilha prospectiva x sobrepartilha retrospectiva</i>)	366
3.	<i>A sobrepartilha prospectiva</i>	367
4.	<i>Sobrepartilha retrospectiva</i>	373
5.	Bens com localização remota	374
6.	Bens litigiosos.....	376
7.	Bens de liquidação morosa ou difícil.....	378
8.	Bens sonogados.....	380
9.	Bem descoberto depois da partilha	382
10.	<i>Sobrepartilha prospectiva</i> : manutenção do espólio e designação de inventariante	382
11.	Sobrepartilha extrajudicial	386
12.	As balizas e a dinâmica procedimental da sobrepartilha..	387
13.	Sobrepartilha extrajudicial em caso de inventário judicial e vice-versa	393

14.	“Prescrição” e a sobrepartilha	394
15.	Recurso	395
16.	Sobrepartilha x retificação (art. 656) e rescisão de partilha (art. 658)	396
17.	Sobrepartilha x alvará	396
18.	Referências bibliográficas	397